



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – PR  
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E  
HUMANAS – LICENCIATURA**

**RONALDO NAIRNEI**

**PERSPECTIVAS E LIMITES PARA A PERMANÊNCIA CAMPONESA NO CAMPO:  
A COMUNIDADE RIO DA PRATA, NOVA LARANJEIRAS/PR**

**LARANJEIRAS DO SUL  
2018**

**RONALDO NAIRNEI**

**PERSPECTIVAS E LIMITES PARA A PERMANÊNCIA CAMPONESA NO CAMPO:  
A COMUNIDADE RIO DA PRATA, NOVA LARANJEIRAS/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado em Interdisciplinar em Educação no Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti

**LARANJEIRAS DO SUL**  
**2018**



**RONALDO NAIRNEI**

**PERSPECTIVAS E LIMITES PARA A PERMANÊNCIA CAMPONESA  
NO CAMPO: A COMUNIDADE RIO DA PRATA, NOVA  
LARANJEIRAS/PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

23/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti

Prof. Me. Elenar do Nascimento Cezimbra

Prof. Dr. Roberto A. Finatto

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a meus pais, os quais foram os grandes responsáveis por essa minha conquista, dedico a eles que muitas vezes, mesmo com dificuldades, me apoiaram e me fez insistir neste sonho, em especial a toda minha família.

Agradeço também aos professores do curso, os quais por meio do conhecimento nos auxiliaram a melhorar e alimentar o nosso conhecimento.

Um agradecimento especial ao professor Dr. Fábio Luiz Zeneratti, o qual foi um dedicado orientador que esteve sempre pronto a me atender nas minhas dificuldades com TCC.

Agradeço aos meus colegas de turma os quais foram muito importantes, foi neles que nos apoiamos durante o curso, durante as longas etapas, longe das famílias.

Agradeço também as pessoas da comunidade do Rio da Prata que gentilmente me receberam em suas casas e participaram da pesquisa, tiveram grande importância para que o trabalho fosse concluído.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar a dinâmica agrária da comunidade de Rio da Prata, Nova Laranjeiras/PR, por meio de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, trabalho esse onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Por meio deste trabalho de campo, identificamos as dificuldades encontradas pelos camponeses que vivem na Comunidade Rio da Prata, como o acesso a terra, famílias numerosas e comercialização dos produtos. Também identificamos as potencialidades camponesas e o modo de vida camponês, expresso na ajuda mútua, na troca de dias de serviço, na ligação do camponês com a terra e na insistência de alguns camponeses em se manter na terra mesmo em meio às dificuldades encontradas.

**Palavras-chave:** camponês, modo de vida, autoconsumo.

## **ABSTRACT**

The present work aims to identify the agrarian dynamics of the community of Rio de Prata, Nova Laranjeiras/PR, through bibliographical research and field work, where semi - structured interviews were conducted. Through this fieldwork, we identified the difficulties encountered by peasants living in the Rio de la Plata Community, such as access to land, large families and commercialization of products. We also identify the peasant potentials and the peasant way of life, expressed in mutual help, the exchange of days of service, the peasant's connection with the land and the insistence of some peasants to stay on the land even in the midst of the difficulties encountered.

**Keywords:** peasant, way of life, self-consumption.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 01:</b> Localização da mesorregião Centro Sul- PR.....            | 13 |
| <b>Figura 02:</b> Sede da Comunidade Rio da Prata, Nova Laranjeiras/PR..... | 18 |
| <b>Figura 03:</b> Vista de parte do relevo da comunidade Rio da Prata.....  | 19 |
| <b>Figura 04:</b> Junta de boi: utilizada nos trabalhos agrícolas.....      | 20 |
| <b>Figura 05:</b> Produção para autoconsumo na Comunidade Rio da Prata..... | 23 |
| <b>Figura 06:</b> Horta camponesa.....                                      | 25 |

## **LISTA DE SIGLAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | 04 |
| <b>2. FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA</b> .....  | 07 |
| 2.1. Formação territorial da Mesorregião Centro Sul do estado do Paraná .....                                    | 13 |
| 2.2. A Comunidade Rio da Prata: colonização e produção .....   | 18 |
| <b>3. PERSPECTIVAS E LIMITES PARA A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS<br/>CAMPONESAS NA COMUNIDADE RIO DA PRATA</b> ..... | 22 |
| 3.1. Agricultura camponesa: produção e vida no campo.....  | 22 |
| 3.2. Os Limites para a produção: o caso da cooperativa Monjolo.....  | 28 |
| 3.3. Permanecer ou sair do campo: campesinato e luta na terra.....   | 31 |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 37 |
| <b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 39 |
| <b>APÊNDICE</b> .....  | 41 |

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca identificar a dinâmica agrária da Comunidade do Rio da Prata, município de Nova Laranjeiras, mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná. Os camponeses dessa comunidade se deparam, a exemplo do conjunto dos camponeses brasileiros, com os desafios próprios dos sujeitos do campo: a difícil decisão de permanecer e a de partir.

As famílias da comunidade que pensam em sair tem nos centros urbanos uma esperança de vida melhor, por diversos motivos, entre eles: busca por novas oportunidades de trabalho; estudos para os filhos; família numerosa que limita a reprodução no campo. Certamente que estes são fatores que impulsionam a saída do campo, mas principalmente demonstram os limites para a reprodução social dos camponeses inseridos no modo de produção capitalista, que tende a expropriá-los e a bloquear o acesso a novas terras.

Contudo, a pesquisa na comunidade indica que a luta dos camponeses para permanecer na terra supera os limites à sua reprodução, trata-se de uma luta cotidiana, que encontra força na necessidade de reprodução da família e nos laços comunitários estabelecidos entre os camponeses analisados.

Esse trabalho além de buscar compreender este processo, também resgata aspectos históricos da comunidade, entre eles vale citar: como e por quem foi fundada a comunidade; de onde vieram os primeiros colonizadores; como era a vida na época da fundação. Fazer este resgate histórico permitiu compreender a relação que os camponeses têm com a comunidade, que em muitos casos, é a condição para permanecerem no campo.

Vale destacar ainda que no município, onde está a comunidade, predomina a população rural, que em 2010 segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) era de 8.869, enquanto a urbana era de somente 2.372, totalizando 11.241. Os dados mostram que a população rural é bem superior à urbana, além disso, demonstra a necessidade deste estudo, pois contribui para a análise de uma fração significativa da população municipal, mesmo a pesquisa se restringindo a uma comunidade, ela fornece elementos que possam balizar políticas públicas voltadas para os sujeitos do campo.

Evidentemente que o objetivo deste trabalho não é apenas se restringir a fornecer parâmetros às políticas públicas, antes pretende fornecer elementos

científicos que possam contribuir com a luta dos camponeses para permanecer na terra.

Em síntese, o objetivo geral da pesquisa é compreender a dinâmica agrária da Comunidade Rio da Prata, destacando os desafios e dilemas enfrentados pelos camponeses. Por este motivo, traz os seguintes objetivos específicos: a) resgatar a história de formação da Comunidade Rio da Prata; b) compreender os motivos que levam os camponeses pensarem em deixar a comunidade; c) identificar as perspectivas de permanência das famílias no campo a partir da realidade e das potencialidades da Comunidade Rio da Prata.

Para este desafio, optou-se pela pesquisa de cunho teórico e de campo. Primeiramente foi realizado levantamento bibliográfico para reforçar o referencial teórico sobre o tema, para isso foram consultados livros, artigos, dissertações e teses sobre o tema.

Posteriormente, foi realizado trabalho de campo para entrevistar as famílias da comunidade, buscando compreender os motivos que levam a saída das famílias do campo e as perspectivas de futuro para as que permanecem. O instrumento de coleta de dados de campo foi a entrevista semiestruturada, composta por questões norteadoras e de respostas abertas, proporcionando o diálogo com as fontes orais.

Em última instância, trata-se de uma pesquisa qualitativa, entretanto, as bases quantitativas não foram negligenciadas, visto que os dados disponíveis nos bancos de dados oficiais também foram utilizados.

Na pesquisa de campo, foram realizadas seis entrevistas com camponeses da comunidade, escolhidas considerando o tamanho da área e a disponibilidade para contribuir com as entrevistas. Estes camponeses têm áreas de terra diferentes; o primeiro entrevistado tem 67 hectares, o segundo 5 hectares, o terceiro 21 hectares, o quarto 31 hectares, o quinto 24 hectares e o sexto 8 hectares.

Também foi entrevistado o presidente fundador do sindicato dos pequenos agricultores; o coordenador da casa familiar, que ficou a frente da casa familiar rural de Nova Laranjeiras; e uma profissional da saúde que trabalha na comunidade há 25 anos, sendo 12 anos de agente de saúde e 13 com enfermeira no posto de saúde da comunidade. As entrevistas com estes sujeitos tiveram como objetivo conhecer melhor a história da comunidade, neste caso, não foi utilizado roteiro de entrevista, mas um diálogo aberto sobre a formação da comunidade.

Com a intenção de não expor os entrevistados, sempre que se utiliza no trabalho os conteúdos de suas falas, seus nomes foram substituídos por números.

Por fim, do ponto de vista pessoal, esta pesquisa teve como justificativa uma inquietação pessoal, pois o pesquisador reside na comunidade. O cotidiano tem demonstrado que a população da comunidade enfrenta desafios cada vez maiores para permanecer na terra, em muitos casos levando a saída das famílias do campo. Portanto, coube modestamente a esta pesquisa identificar as evidências deste processo, buscando compreendê-lo para, talvez, contribuir para a transformação da realidade.

Os dados da pesquisa são apresentados neste trabalho no capítulo (Capítulo 3). A apreciação da realidade da comunidade do Rio da Prata é tarefa exposta principalmente no capítulo três. Já o capítulo dois, trata da formação territorial brasileira, destacando como se constituíram os bloqueios ao acesso a terra por parte dos camponeses. Afinal, entende-se que não é possível compreender a dinâmica da comunidade sem considerar a escala nacional, pois os processos nesta escala apresentam íntima relação com a escala local.

## 2. FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA E OS BLOQUEIOS AO ACESSO A TERRA POR PARTE DOS CAMPONESES

O território brasileiro foi formado a partir da dominação portuguesa, cujo objetivo era a exploração do território, sustentada a partir da lógica capitalista europeia. Com isso, o Brasil entrou para o cenário mundial com a função de produzir para exportação aos mercados europeus.

De acordo com Oliveira (1986, p. 35):

A economia colonial, portanto, fundou-se em dois pilares: de um lado, a articulação com as formas comunitárias, primitivas ou despóticas, submetidas ao comércio internacional; de outro, a produção, nas colônias, de produtos tropicais (açúcar, café, etc.) baseada no trabalho escravo, visando à exportação para a Europa em processo de industrialização.

Portanto, a organização do território nacional seguiu esta lógica: produção para exportação e exploração mediante mão de obra escrava; sustentada pela concentração de terras, a qual era distribuída pelo rei de Portugal de acordo com os seus interesses e proximidades.

A primeira distribuição de terras foi por meio de sesmarias, no entanto quem se encaixava a ter essas terras eram somente pessoas com poder político e econômico, com influência frente à coroa, excluído as pessoas sem posses, ou seja, os pobres.

As sesmarias eram grandes extensões de terras, as quais os sesmeiros tinham a posse da terra, devendo explora-las.

Este modelo de gestão territorial colocou em movimento um processo de desigualdades sociais em cuja gênese está a interdição da terra aos camponeses, que acabou por refletir-se na constituição de uma sociedade tornada refém de uma classe que desde então vem privilegiando sistemas produtivos cujo foco é o mercado externo, em detrimento das necessidades alimentares e afins da população local (ZENERATTI, 2012, p. 20).

Com a divisão da terra neste modelo de sesmarias os camponeses ficaram sem terra, continuaram trabalhando nas fazendas – em algumas regiões trabalhavam nas fazendas de café, já em outras nas fazendas de cana de açúcar – sem acesso a propriedade da terra.

Normalmente para se recriarem como camponeses tinham de entregar parte de sua produção para os fazendeiros, ou seja, pagavam renda em produtos, como

destaca Oliveira (2007). Uma parte desses camponeses eram escravos libertos, outros eram camponeses que vieram da Europa iludidos por falsas esperanças de riquezas no Brasil, fruto dos processos migratórios que ocorreram a partir do final do século XIX, esses camponeses não tinham direito a terra assegurado, como afirma Zeneratti (2012).

No geral os mestiços e pobres não tinham a possibilidade de adquirirem terras, da mesma maneira que os índios, mesmo quando não mais sujeitos a escravização, fato ocorrido a partir o início do século XVII, não tinha este direito, fruto da interdição que a propriedade privada capitalista da terra impõe aos sujeitos do campo.

A economia brasileira se desenvolveu subordinada a economia europeia, vale destacar que com uso de força de trabalho escrava. A posição do Brasil como fornecedor de divisas para Portugal, fez com que o país se constituísse capitalista, produtor de mercadorias com vista à acumulação de capital na metrópole. Isso implica dizer que se processou no Brasil uma formação territorial diferente da europeia, cujo feudalismo precedeu o capitalismo. O Brasil nasceu capitalista, fruto do capitalismo mercantilista europeu.

Afirmar que o Brasil nasceu capitalista significa negar as correntes teóricas que defendem a origem semifeudal brasileira, o que impõe a necessidade de explicar como era a organização do feudo, totalmente distinta da dinâmica colonial. Neste sentido, é importante dizer, segundo César (2001, p. 43), que “o feudo produzia apenas para o consumo interno, não havia produção excedente. O comércio era restrito, cabendo apenas à troca de uma mercadoria por outra mercadoria, o escambo”, o que não aconteceu no Brasil, pois a produção tinha como principal destino o comércio mundial. A razão de existência da colônia brasileira era a produção para a exportação, que proporcionava acumulação capitalista na metrópole.

Além disso, no Brasil a produção e a economia foram baseadas no sistema de escravidão, totalmente diferente do sistema feudal, pois segundo Zeneratti (2012, p. 22):

[No] trabalho escravista o senhor de escravos tinha a posse absoluta sobre o escravo, ele se constituía em capital imobilizado e mercadoria, mesmo antes de produzir, o escravo já era mercadoria. Se no feudalismo o servo não podia ser vendido e nem punido com a morte, no capitalismo

o escravo não tinha direito algum, sua morte representava apenas perda de capital.

É necessário demarcar que as sesmarias não resultaram na exploração completa da terra, pois muitas delas pela dimensão de suas áreas nunca foram exploradas, como resultado ocorreu diversas posses, ou seja, ocupação de frações destas terras por camponeses. Zeneratti (2012) destaca que:

[...] para afirmarmos que as sesmarias foram as responsáveis pela origem da concentração fundiária atual, teríamos que ter presenciado a ocupação completa do território brasileiro, e não é isso que aconteceu, pelo contrário, houve uma ocupação descontínua e muitas áreas só foram exploradas após a superação deste regime (ZENERATTI, 2012, P. 26).

No que se refere à posse, ela já existia desde o Brasil colônia, mas era considerada uma forma de ocupação irregular, somente no século XIX ela foi reconhecida e as posses mansas tornadas propriedades, desde que atendessem o objetivo de produzir.

As sesmarias foram extintas em 1822, esta data também é marcada pela independência do Brasil, que deixa de ser colônia de Portugal. Mas, mesmo com a independência a distribuição de terra não mudou em quase nada, pois o Brasil ficou sendo governado por um príncipe regente, o qual a elite – os senhores donos de grandes porções de terras – exerciam grande poder sobre o mesmo. Não deixando que houvesse reformas significativas.

Mesmo o Brasil tendo essa distribuição de terras, não é possível atribuir somente às sesmarias o papel de gênese da concentração fundiária atual, mesmo que seu papel para isso seja de relevo. Contudo, durante as sesmarias as terras não representavam para o fazendeiro capital imobilizado, ou seja, não tinham preço e segurança jurídica que a propriedade privada deve ter no capitalismo, representação que era ocupada pela figura do escravo, ele sim era o maior bem do fazendeiro.

Neste sentido, Zeneratti (2012) destaca que:

[...] isso porque até então, o uso da terra não dependia da compra, bastava requere-las em sesmarias. Até mesmo aqueles que não podiam, ou não queriam, solicitar legalmente as terras não estavam privados delas, pois a simples ocupação era expediente eficaz, os posseiros assim como o sesmeiro não compravam suas propriedades, apenas as exploravam (ZENERATTI, 2012, p. 26).

Assim sendo, uma pessoa que tivesse poder econômico para manter uma grande área de terra podia requere-la, pois poderia facilmente chegar em um lugar

desabitado, ou mesmo habitado por indígenas, com alguns “capangas” e tomar conta do lugar, erguer suas benfeitorias, plantar sua produção, e ficar com a posse das terras.

Após o fim das sesmarias, surgiu, em 1850, a Lei de Terras, a qual dava direito a terra a quem pudesse comprar, pagar e documentar, assim formalizando a propriedade privada da terra.

Para Zeneratti (2012) “com o fim da sesmaria passamos por um período em que não havia legislação que regulamentasse o acesso à terra, com isso, a prática da posse ganha maior expressão.” Como se nota, não havendo nem uma lei que regulamentasse o acesso a terra a posse irregular se tornou expediente dos mais utilizados, cada um mandava onde chegava primeiro, claramente que as terra onde fosse mais fácil de produzir seriam as primeiras a serem ocupadas, e não tendo nenhum controle.

É importante destacar que neste período o Brasil se configurava como grande exportador de café, portanto, a formalização do acesso a terra era necessária para garantir a segurança jurídica que a elite rural carecia. Sobre a produção de café cabe referenciar que este produto foi um dos principais ciclos econômicos do Brasil, também conhecido como ouro preto, chegou ao Brasil por meados do século XVIII e atingiu seu auge no século XIX.

Na sua produção foi usada quase que exclusivamente a mão de obra escrava, o café não encontrou dificuldade para se espalhar no Brasil, pois tinha disponibilidade de terras férteis para ser cultivado. Como salienta Stolcke (1986, p. 11 *apud* ZENERATTI, 2012, p. 27) “em meados do século XIX, o café se tornara a principal cultura de exportação do país. Até 1880, o grosso do café brasileiro era cultivado por trabalho escravo no Norte, Nordeste e Oeste do Rio de Janeiro, a capital do Império”.

Com a promulgação da Lei de Terra em 1850, foi possível identificar mudanças significativas na relação de produção no campo, pois quando ainda era dividida a terra no sistema de sesmarias o foco era explorar o trabalho que era escravo, a terra na época não era tão valorizada, inclusive os escravos eram o que de mais valioso um senhorio rural poderia ter, com cita Paulino (2006, p. 66): “os escravos se constituem no bem de maior valor dos senhores, o que não dispensa a necessidade de controle sobre a terra, o real meio de produção”.

Neste momento a relação do trabalho não era capitalista como observa Zeneratti (2012):

Neste momento as relações de trabalho não são capitalistas, ou seja, não acontecem a partir da subordinação da força de trabalho ao salário e sim através da coerção física do próprio trabalhador, o escravo, sendo assim, temos neste caso a produção do capital que não é capitalista (ZENERATTI, 2012, p. 28).

A data de 1850 não foi marcada somente pela promulgação da lei de terras, mas sim também pela proibição do tráfico negreiro, o qual foi encabeçado pela Inglaterra, que era um país capitalista que almejava constituir mercados consumidores pelo mundo, com vistas à comercialização dos produtos ingleses. Pois, a indústria da Inglaterra estava se desenvolvendo, eles precisavam de mercado para pôr seus produtos.

A lei de terras muda o modo dos proprietários das fazendas ver a terra, pois nesse momento ela se torna uma mercadoria que poderia ser adquirida, caso pudesse pagar por ela.

A lei vai regulamentar que só terá acesso a terra quem puder pagar por ela, a compra se torna a única forma de acesso, desta forma, transformando-a em mercadoria, fator contraditório, uma vez que ela não é fruto do trabalho do homem, não há trabalho materializado como acontece com as mercadorias oriundas da relação de produção capitalista (ZENERATTI, 2012, p. 29).

Cabe destacar ainda, que a terra não é um meio de produção infinito, ou seja, que não tem fim, pois o sistema que vivemos explora as fronteiras de solos disponíveis destruindo aos poucos, tornando-as desertos, terras mortas, e a terra é um meio que não podemos fabricar. Sobre isso afirma Martins (1983, p. 160):

A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é.

A lei de terras trouxe muitas consequências negativas para a formação do território brasileiro, pois quando era o sistema de sesmarias o fazendeiro não era dono da terra, ele tinha uma posse de uso dela, a terra continuava vinculada a Coroa, com o surgimento da lei de terras, as grandes extensões de terra continuaram na mão de grandes proprietários, no entanto agora eles são donos, a

terra virou uma propriedade privada que eles podem fazer o que quiser, inclusive transformando em mercadoria no seio do capitalismo.

A lei de terras de 1850 também tirou o direito de pobres terem terras, os excluiu, basta ver o caso dos escravos que foram libertados em 1888, sem dinheiro para comprar terra essas pessoas passaram a vender a força de trabalho, no campo ou nas cidades. A lei de terras antes de democratizar o acesso acabou por criar um bloqueio aos trabalhadores, que sem recursos monetários encontram dificuldades em superar os limites da propriedade privada capitalista da terra.

Todavia, não somente os escravos não conseguiam acessar a terra, os camponeses imigrantes oriundos de vários países do mundo, os quais chegaram ao Brasil com o sonho de encontrar terra para trabalhar, acabaram substituindo a mão de obra escrava nas fazendas.

Os fazendeiros que já consideravam o real fim da escravidão identificaram que a imigração, sobretudo a financiada pelo Estado, seria a melhor opção para superar o regime posto. Aliada ainda, a elevação dos preços das terras, que garantiria que não houvesse concorrência na apropriação territorial, isso porque, os imigrantes geralmente eram desprovidos de recursos financeiros, então, a mão de obra estaria assegurada por essa grande massa de camponeses privados dos meios de produção essenciais a sua reprodução (ZENERATTI, 2012, p.30-31).

Em síntese, não foram as sesmarias que criaram o latifúndio, assim como não foi a Lei de Terras de 1850, mas o processo histórico que tem nestes dois marcos, considerados de maneira conjunta, as bases explicativas para compreender a formação territorial brasileira, marcada pela privação do acesso a terra para os camponeses e trabalhadores do campo.

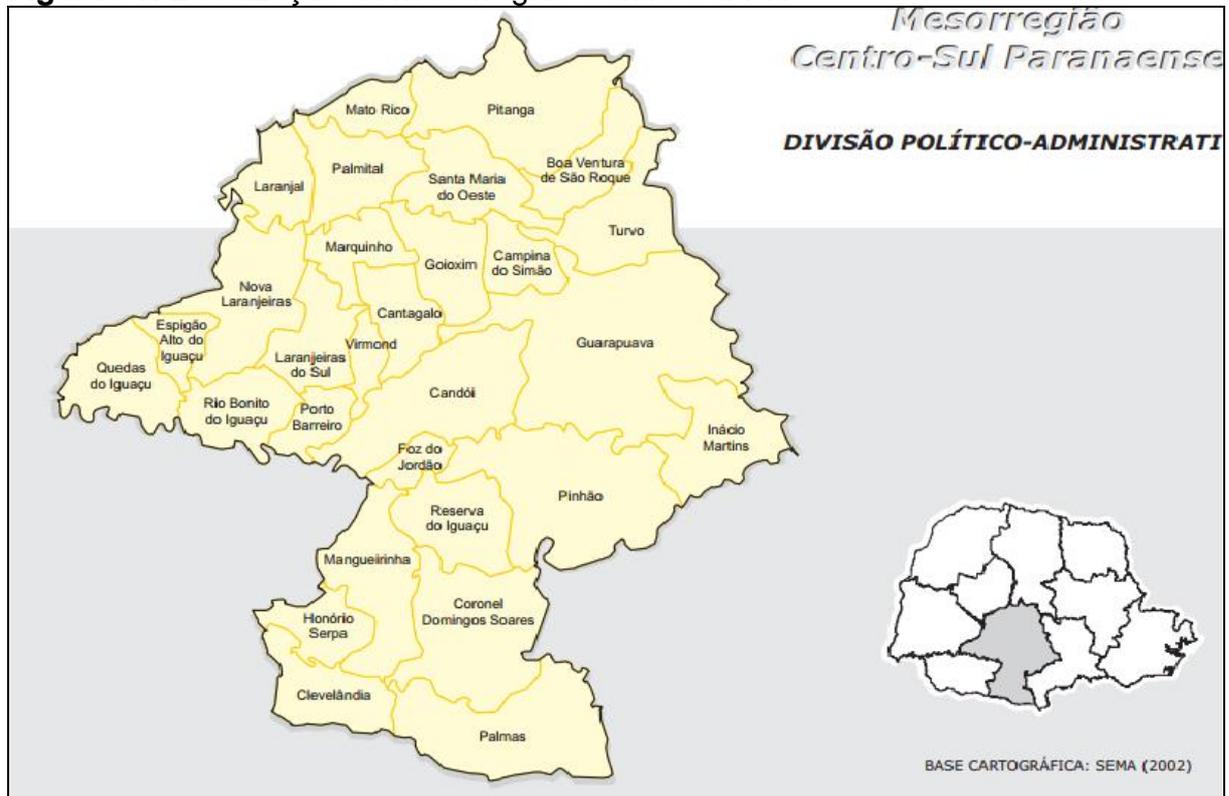
O reflexo disso está presente até hoje, quando vemos latifúndios nas mãos de poucos, produzindo monoculturas, utilizando-se da exploração do trabalho, destruí as terras pelo uso de agrotóxicos, fertilizantes para aumentar a produção, contrastando com os camponeses que mantêm sobre seu controle pequenas frações de terras ou até mesmo sem terra. Ou seja, o resultado deste processo histórico foi uma estrutura fundiária brasileira extremamente concentrada, segundo os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 148) os imóveis com menos de 10 hectares são 31,6% do total, o que corresponde a apenas 1,8% da área dos imóveis, já na outra

extremidade os imóveis com mais de 1.000 hectares são 1,6% do número total de imóveis e ocupam uma área de 43,8% dos imóveis.

## 2.1. Formação Territorial da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná

O estado do Paraná fica localizado ao sul do Brasil, é uma das 27 unidades federativas do país, está dividido em 39 microrregiões e 10 mesorregiões, subdivididas em 399 municípios. Entre estas 10 mesorregiões está a região Centro-Sul, que é formada por 29 municípios, sendo a região na qual se encontra a área em estudo.

**Figura 01:** Localização da mesorregião Centro Sul-PR



**Fonte:** IPARDES, p. 07, 2004.

A história da ocupação desta região não é muito diferente das outras regiões do país, que foram ocupadas durante a colonização do Brasil, onde foi empregado a força militar para expulsar indígenas que habitavam essas terras. “A história de ocupação da mesorregião Centro-Sul paranaense remonta ao século XVII, com a designação, pela Coroa portuguesa, de sucessivas expedições bandeirantes para o reconhecimento e ocupação deste território” (PONTAROLO, 2012).

A ocupação da mesorregião Centro Sul do estado do Paraná, assim como de grande parte do Brasil, foi feita de forma violenta. A violência era usada para expulsar os povos indígenas, para que fazendeiros que ganhavam as sesmarias da Coroa pudessem se instalar na região, como cita Ross (2015).

A intenção de “povoar os campos de Guarapuava e civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território” (BRASIL, 1809. Não paginado), respondia também às demandas de comerciantes e fazendeiros das regiões de Castro e Curitiba que visavam à expansão de seus negócios e encontravam nos indígenas um entrave aos seus anseios. A busca por metais preciosos como ouro e diamante também motivara a intenção de dominar oficialmente tal território, protegendo de ataques de pessoas que não estivessem a serviço da Coroa Portuguesa (PONTAROLO, 2012 *apud* ROSS, 2015, p. 124).

O Centro-Sul paranaense começou a ser povoado por povos não índios a partir do momento em que foi distribuído terras no sistema de sesmarias.

As sesmarias distribuídas no Centro-Sul Paranaense estavam em acordo com o tamanho estabelecido pela Coroa Portuguesa, a saber: “uma légua de testada por três de comprimento ou cinco mil e quatrocentos alqueires de terra. Outras apresentavam a superfície de uma légua e meia em quadra, equivalente a quatro mil e cinquenta alqueires de terra” (ROSS, 2015, p.125).

O governo da época usou de algumas estratégias para povoar a região, além das sesmarias, como cita Pontarolo (2012):

Entretanto, com o objetivo de impulsionar o povoamento da região e mostrando a “generosidade” da família real, a Carta Régia de 01 de abril de 1809 concedeu permissão para “repartir os terrenos devolutos em proporções pequenas pelos lavradores pobres”. (BRASIL, 1809. Não paginado). Assim, a participação de não brancos livres pobres, que viviam vagando pela capitania de São Paulo também foi incentivada como forma de viabilizar a povoação dos campos de Guarapuava e garantir o suprimento de gêneros alimentícios. “A fixação dessas pessoas na povoação e o aproveitamento de sua presença deveriam acontecer através da agricultura, da criação de gado e de uniões familiares”. (PONTAROLO, 2012, p. 37, *apud* ROSS, 2015, p. 125).

Com a divisão das terras, também para pequenos agricultores, o governo garantiu maior espaço nas terras do Centro-Sul do Paraná, esses novos moradores eram pessoas em grande parte que tinham problemas com a lei.

Com o fim das sesmarias, as terras da região passaram a ser adquiridas através de aquisição ilegal. Sobre isso Roos (2015) destaque que:

É importante pontuar ainda que a suspensão da concessão de sesmarias, pela Resolução de 17 de julho de 1822, não afetou a estrutura agrária desigual que se formava na região, pois a ocupação ilegal da terra passou a ser considerado modo legítimo de aquisição de domínio e assumiu proporções consideráveis (ROSS, 2015, p. 126).

Abreu (1981) também destaca que com o início desta nova forma de adquirir terras se formaram latifúndios maiores que os produzidos pelas sesmarias: “as terras passaram então a ser adquiridas através das posses ou ocupação, estabelecendo-se latifúndios maiores que os formados pelas Sesmarias” (ABREU, 1981, p. 53, *apud* ROSS, p. 126).

Essas terras foram usadas principalmente para criação de gado, se tornando a principal atividade econômica da região.

A atividade pecuária praticada era de caráter extensivo, cuja densidade não atingia uma cabeça de gado por alqueire [...], assentada na grande propriedade de terra e no trabalho escravo. O aproveitamento das terras de vegetação campestre para a pecuária marcou o avanço da “frente pioneira” e tornou-se a principal atividade econômica da região. Além disso com a abertura de um caminho para passagem dos tropeiros e suas tropas ligando Guarapuava e Palmas ao Rio Grande do Sul, o “caminho das missões”, os campos do Centro-Sul paranaense passaram a serem utilizados como pastagem natural para inverno, descanso e engorda das tropas que partiam das regiões de criação do Rio Grande do Sul em direção a feira de Sorocaba no final do século XVIII e início do século XIX. (ABREU, 1981 *apud* ROSS, 2015, p. 126-27).

Com o surgimento do caminho dos tropeiros, ligou-se o sul do Brasil ao resto do país, proporcionando certo dinamismo na economia. Inicialmente com o gado no sistema de pastoreio, com destino ao estado de São Paulo, onde o charque era usado para alimentar os trabalhadores das regiões do açúcar e do café, já os animais eram usados para transporte, tanto de trabalhadores quanto dos produtos que seguiam até os portos.

No entanto, em meados do século XIX começou a surgir a exploração da madeira e da erva mate natural na região, sobre isso Ross (2015) destaca que:

A partir de meados do século XIX até o início do século XX, a extração e o beneficiamento da erva mate (*Ilex paraguariensis*), despontou como uma das principais atividades econômicas da região. Trata-se de uma espécie arbórea nativa que era encontrada em boa parte do atual território paranaense, sobretudo, e de forma abundante, em meio às florestas de Araucária da região Centro-Sul do estado. Assim, a pecuária, somada à exploração da erva-mate e de uma agricultura camponesa desenvolvida por uma parcela da população marcou a incorporação da região ao contexto econômico nacional (ROSS, 2015, p.127).

Com a expansão da erva mate, e a remuneração que ela trazia, surgiram novos conflitos nessas terras, resultado do interesse do governo em cobrar tributos e o interesse de grandes empresas em explorar a região. Este processo desencadeou conflitos na região, agora não com os indígenas, que haviam sido praticamente dizimados ou catequisados pelos jesuítas, agora o conflito era com pequenos produtores que tinham recebido pequenas áreas de terras na região, como podemos perceber na fala de Ross (2015):

Note-se que a organização histórica do espaço da região em estudo foi marcada pelo conflito, inicialmente com os indígenas que ocupavam este território e, posteriormente, com os camponeses que ali estabeleceram suas posses. A desigualdade social, decorrente, sobretudo, da estrutura fundiária concentrada, é outra característica evidente no processo de incorporação do Centro-Sul ao contexto econômico nacional e internacional. A organização econômica da região esteve, desde sua origem, assentada na expropriação dos recursos naturais, exploração dos habitantes nativos e da mão de obra escrava, sempre vinculada a atividades de caráter extensivo e extrativo concentradas na exploração das vastas áreas de campos naturais e de florestas nativas. Esta dinâmica se manteve inalterada com a ascensão e expansão do ciclo econômico da madeira, sobretudo, a exploração do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*) (ROSS, 2015, p. 128).

No que se refere à exploração da madeira, ela abasteceu o mercado interno e externo, devido a primeira grande guerra ou primeira guerra mundial. De acordo com Carvalho (2010 *apud* ROSS, 2015, p. 130): “o mercado do pinho no Paraná só entrou em declínio a partir do fim da segunda guerra mundial”.

No entanto, com o fim da exploração da madeira restou pouco de sua cobertura original.

As densas florestas de Araucária que cobriam um terço do território estadual foram transformadas, pela atividade madeireira, em fragmentos esparsos, rarefeitos e degradados, ameaçando a extinção da espécie. Estudos recentes (PARANÁ, 2009; CARVALHO, 2010), indicam que restam apenas, cerca de 1% da cobertura original de Araucária no estado (ROSS, 2015, p.130).

No que pese a participação e a importância econômica da região Centro-Sul para o Paraná, a distribuição e ocupação das terras foi marcada por muita violência, primeiramente contra os povos indígenas e depois contra os camponeses que estavam instalados nessas terras.

Até os dias atuais podemos perceber a luta pela terra nessa região, que hoje é feita pelos movimentos sociais que lutam para formar assentamentos em fazendas que os títulos são irregulares, resultado das ocupações da época das sesmarias, e

de outras formas de ocupação da terra, como grilagem e expulsão de famílias da terra com uso da força, ou seja, mecanismos irregulares de partilha territorial.

Como exemplo da luta dos camponeses contra estes latifúndios, podemos citar os municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, nos quais já estão instalados vários assentamentos, e outros estão em fase acampamento que podem se tornar assentamentos no futuro. Nessa região do Paraná teve imensas áreas que foram cedidas pelo governo aos fazendeiros, as quais hoje estão sendo requisitadas para assentamento da reforma agrária.

As lutas dos movimentos sociais conseguiram romper o bloqueio da propriedade privada capitalista da terra, originada por fraudes jurídicas que as legitimaram. Por meio da luta os camponeses estão reconquistando o território, é o caso dos camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para os camponeses que não estão organizados em movimentos sociais, cabe lutar cotidianamente para evitar que o latifúndio avance sobre suas áreas. Como consequência histórica, estes camponeses mantêm sobre seu controle pequenas parcelas de terra, mesmo sendo a maioria dos sujeitos do campo na região.

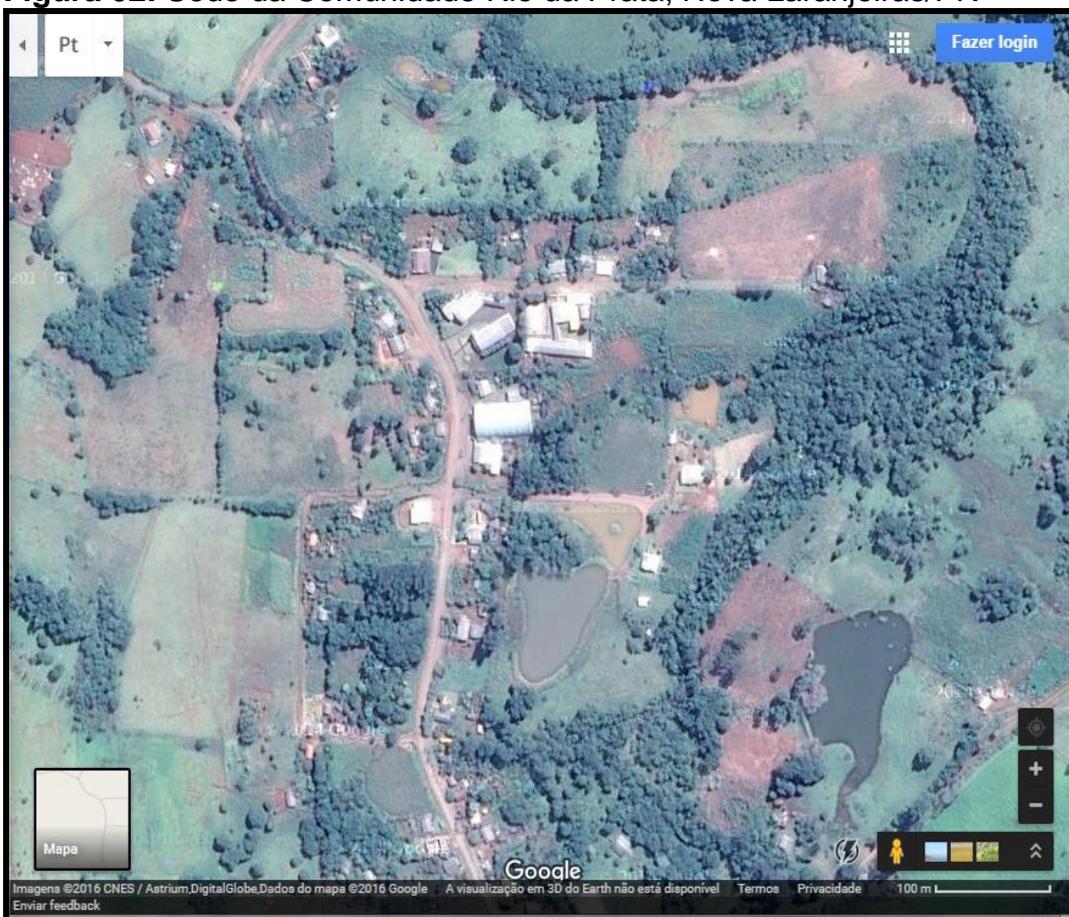
Ross (2015, p. 132) utilizando os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) afirma que na mesorregião Centro-Sul paranaense a área das propriedades acima de 100 hectares concentram 64,3% do total das terras, mas representam apenas 10,7% do número de imóveis rurais. Se considerar apenas o estrato de área acima de 1.000 hectares é possível identificar ainda mais claramente a concentração fundiária da região, pois neste caso 20,8% das terras agricultáveis estão nas mãos de 0,5% dos proprietários. Por outro lado, as pequenas propriedades de até 100 hectares representam 89,2% do número de propriedades na região, e dispõe apenas 35,6% das terras.

São estes camponeses parcelares, que não estão organizados em movimentos sociais, que fazem parte do escopo desta pesquisa. Por mais que não estejam inseridos em um contexto de luta direta contra o latifúndio, a luta dos camponeses parcelares não é menor, pois lutam cotidianamente para sobreviver na terra, trata-se da luta na terra. Por isso, vale o esforço de compreender suas estratégias de recriação, principalmente considerando o dilema de sair ou ficar no campo frente aos limites impostos a estes sujeitos pelo modo capitalista de produção.

## 2.2. A Comunidade Rio da Prata: colonização e produção

A área de estudo delineada nesta pesquisa é a Comunidade Rio da Prata, localizada no município de Nova Laranjeiras, mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná. Na Figura 02 é possível identificar a sede da comunidade, distante cerca de 30 km da sede do município.

**Figura 02:** Sede da Comunidade Rio da Prata, Nova Laranjeiras/PR



**Fonte:** google maps, 2017.

Em 1941 surge o distrito do Rio da Prata, até então pertencente a Laranjeiras do Sul, fundado por imigrantes ucranianos, que vieram da cidade de Irati/PR. Na época chegaram de carroça e a cavalo, levando 35 dias de viagem.

Segundo informações obtidas em trabalhos de campo, a comunidade recebeu o nome de Rio da Prata, pois foi encontrado por um dos pioneiros um estribo de prata dentro do rio que corta a comunidade, trata-se do Sr. Alexandre Nairnei, enquanto abria a mata para chegar até o terreno o qual tinha comprado do Estado.

O senhor Alexandre Nairnei, com sua esposa Tereza Nairnei, chegaram na região que hoje é a comunidade, com 5 filhos, a saber: Paulo Nairnei, Júlio Nairnei, Tomas Nairnei, Olga Nairnei, Antônia Nairnei; depois tiveram mais 3 filhos: Demétrio Nairnei, Jose Nairnei, e Monica Nairnei. Conforme destacam os entrevistados, na época ter muitos filhos era comum, pois eles eram mão de obra necessária para abrir a mata e começar a construir e plantar.

A economia da comunidade do Rio da Prata desde o início da colonização foi a agricultura, a produção era voltada para o autoconsumo e parte para comercialização. Evidentemente que no início prevaleceu a produção para atender as necessidades alimentares da família, no caso da família Nairnei, somente oito anos após estabelecer residência na região foi possível vender a produção.

Com o passar do tempo os filhos dos fundadores foram casando e aumentando as famílias na comunidade e com a abertura de novas áreas a comunidade começou a crescer. A terra sempre foi fértil e produtiva, mas também terras dobradas, ou seja, com muito declive e com muitas rochas. O relevo da região pode ser observado na Figura 03.

**Figura 03:** Vista de parte do relevo da comunidade Rio da Prata



**Foto:** Nairnei, 2018.

A educação dos jovens também foi uma preocupação na comunidade, a primeira escola foi construída em 1952, em um terreno doado por um morador que

tinha chegado na região, o senhor Moacir da Silva, porém, em meados dos anos 1980 a escola mudou-se para um terreno doado pela igreja.

No que se refere à produção agrícola, atualmente a economia da comunidade se baseia no gado leiteiro, gado de corte e pequenas produções de grãos. A comunidade do Rio da Prata é uma comunidade distante da sede do município, contando com 16 km de estradas de asfaltos e 14 km de estrada de terra. Esta distância dificulta o desenvolvimento da região, pois a distância prejudica o escoamento da produção e também eleva as despesas de transporte para a chegada de produtos até a comunidade.

A comunidade em seu início tinha um ciclo de produção de produtos diferentes, pois os primeiros produtos a serem produzidos na comunidade foi a madeira, principalmente o pinheiro, o cedro e a canela, essas madeiras eram retiradas do mato com juntas de bois de canga. Prática esta ainda muito utilizada na comunidade, como pode ser observada na figura 04.

**Figura 04:** Junta de boi: utilizada nas atividades agrícolas



**Foto:** Nairnei, 2018.

Durante a colonização, a madeira retirada era levada a uma serraria localizada na própria comunidade. Com a derrubada das matas para a retirada da

madeira, também se plantavam as lavouras, principalmente milho, feijão e fumo, basicamente para o consumo familiar e na propriedade.

A produção de grãos começou a ser comercializada quando se instalou na comunidade uma cooperativa (CAMILAS) de grãos que comprava a produção de milho e feijão. A cooperativa foi fundada na comunidade na década de 1980 e funcionou até o ano 2000, quando fechou as portas.

Atualmente atuam na comunidade diversas empresas fazendo a coleta da produção do campo, principalmente no caso do leite, que é o produto mais importante na comunidade. Hoje quem tem uma propriedade, mesmo pequena, tem produção de leite. Entre as empresas que atuam na captação de leite cabe destacar: FIRMESA, CONALEITE, SÃO LEOPOUDO, GAIVOTA, PIQNIC, entre outras.

No caso do gado de corte, também muito presente na comunidade, os camponeses sofrem com a atuação dos atravessadores (compradores de produtos que revendem para as empresas). Com a atuação destes agentes os preços dos produtos diminuem significativamente para os produtores. Estes atravessadores compram gado dos produtores a preços baixos e revendem aos frigoríficos, os produtores não conseguem escapar destes agentes, pois sua produção é pequena, o que inviabiliza a comercialização direta com os frigoríficos.

Por fim, é importante destacar que além da produção agrícola, há na sede da comunidade um pequeno comércio, composto por quatro mercearias e uma borracharia, e também por serviços públicos, como o posto de saúde e a escola. As atividades esportivas são realizadas no ginásio de esportes e as religiosas na igreja, ambas localizado na sede.

### 3. PERSPECTIVAS E LIMITES PARA A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NA COMUNIDADE RIO DA PRATA

#### 3.1. Agricultura camponesa: produção e vida no campo

Na comunidade do Rio da Prata se produz grande variedade de produtos, principalmente produtos de autoconsumo, os quais dão a família alimento durante o ano. Os produtos de autoconsumo são característicos da produção camponesa.

Portanto, a família camponesa na comunidade produz parte da própria comida, e essa comida tem um papel bem mais importante que somente satisfazer a vontade de comer ou matar a fome. Afinal, como citam Paulino e Almeida (2010 p. 38):

A comida é um elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica: a sua existência tem, primeiramente, uma relação direta com a autoridade do pai, responsável pela manutenção da família. Logo, comida é mais que comida como alimento: na verdade, sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, a hierarquia. Por outro lado, comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos: assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade.

Na comunidade foi possível perceber a relação que se tem com a produção para o autoconsumo, quando perguntado aos agricultores o que produziam na propriedade eles respondiam “quase de tudo”. Como cita o entrevistado 3:

Milho, feijão, arroz, mandioca batata doce, abobora, banana, abacaxi, vassoura, e outras frutas, frutas em geral. [Alguns dos itens vão para venda?] Isso tudo é mais consumo da propriedade, para a venda vai um pouco de milho e vassoura, pouco de feijão (Entrevistado 3, 2018).

Toda essa diversidade de produção, no caso do entrevistado citado, é obtida em apenas cinco hectares de terra. Como se pode ver, essa é a forma encontrada pelos camponeses para sobreviver em pouca terra, ou seja, diversificar a produção, com isso garantir alimentos para o autoconsumo da família.

Esta lógica dos camponeses da comunidade se opõe a produção especializada, onde a produção de monoculturas torna o campo um espaço homogêneo, cuja finalidade é o mercado. Para os camponeses com pouca terra, a produção de monocultura é um risco, por um lado, justamente pelo limitado acesso a

terra, pois a produção seria em pequena escala, fator limitador para concorrer no mercado. Por outro lado, a priorização de uma única atividade agrícola não os deixa confortáveis, pois a produção de autoconsumo representa a autonomia do camponês.

É importante destacar que a produção de autoconsumo não despreza a relação com o mercado, na verdade os camponeses produzem para o mercado sem descuidar do auto-abastecimento. Trata-se de uma estratégia de resistência e sobrevivência da família camponesa.

Na Figura 05 é possível identificar alguns elementos desta dinâmica produtiva.

**Figura 05:** Produção para autoconsumo na Comunidade Rio da Prata



Foto: Nairnei, 2018.

Os trabalhos de campo demonstraram que a produção do camponês da comunidade é resultado de uma articulação entre a produção que visa alimentar a família e a produção que vai para o mercado.

Isso significa dizer, que nas unidades camponesas visitadas, além da produção para o autoconsumo, também existe a produção para o mercado, neste caso predomina a atividade leiteira. É do leite que vem a maior parte da renda das famílias, como salienta o entrevistado 1: “hoje o que a gente produz para comercializar é o leite e o gado [...] a venda do leite vai para empresas privadas e o gado para atravessadores.”

O leite e o gado são uma opção em relação a produção de grãos para venda, pois a produção em pequena escala na propriedade camponesa tem rentabilidade comprometida, sem contar o relevo da região, basicamente composto por terras declivosas, impossibilitando grande produção de grãos.

Esta relação de venda, ou seja, a comercialização da produção, também é importante, porque representa a entrada de dinheiro necessário para atender as necessidades da família, como pagar a conta de luz, comprar insumos agrícolas, comprar aqueles alimentos que não são produzidos internamente, entre outras aplicações.

No campo foi possível perceber que a produção não é um problema na região, pelo contrário, os camponeses estão mostrando que podem produzir e sobreviver mesmo em pequenas áreas, fruto justamente da potencialização do uso da terra, resultado da articulação entre produção comercial e produção de autoconsumo. É isso que podemos inferir a partir da fala do entrevistado 01, que também demonstra a importância da comercialização da produção para acessar níveis menos desfavoráveis de renda:

Na época da cooperativa nos ganhemos dinheiro, você vê a verdura que nos trabalhava nessa horta, que é um pedaço pequeno, dava para tirar R\$ 2 mil por mês de verdura, no caso vendia mandioca, milho, verde, laranja e todo negócio de frutas (Entrevistado 01, 2018).

Na figura 06 é possível identificar a horta a qual o camponês entrevistado 01 faz referência.

**Figura 06:** Horta camponesa



**Foto:** Nairnei, 2018.

Como se pode notar, o camponês tem laços muito fortes com a produção, mas também tem um laço forte com a terra, pois para ele a terra é lugar de morada e vida. Sobre isso, Paulino e Almeida (2010, p. 40) destacam que:

Portanto, a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também moradia da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo.

O camponês não tem uma relação com a terra meramente de exploração, mas sim uma relação de amor e respeito, pois ele considera a terra como algo que lhe fornece o alimento e a moradia, isso reforça a identidade camponesa existente na comunidade.

As unidades camponesas da comunidade do Rio da Prata são típicas do campesinato, pois elas se organizam na sua grande maioria no trabalho familiar, onde a família do camponês é a mão de obra da propriedade. Essa especificidade do trabalho ser feito pela família reforça também o modo de vida camponês, como afirma Marques (2004 *apud* SANTOS; TELÓ, 2011, p. 145):

O modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra e se insere na sociedade capitalista de forma subalterna,

visto que tais valores não são tidos por esta sociedade como os mais importantes em detrimento de valores como o lucro, o acúmulo de capital e o consumo.

Visto que na sociedade capitalista que vivemos ser camponês é uma afronta, pois vai na contramão do sistema. No capitalismo a mão de obra é explorada, e remunerada através do salário, já no campesinato é mão de obra da família.

Na comunidade Rio da Prata, além do trabalho familiar, foi identificado a troca de dias de serviço entre os camponeses. Esta é uma relação na qual um camponês vai ajudar o outro em seus trabalhos, sem receber em dinheiro, mas recebem em troca outro dia de serviço, isso é comum entre os vizinhos camponeses, como salientam Santos e Teló (2011, p. 164-165):

Outros elementos caracterizados na identidade camponesa é a importância atribuída aos vínculos de reciprocidade entre vizinhos e a noção de comunidade fortemente arraigada na subjetividade de cada indivíduo. [...] a própria sociabilidade nas comunidades camponesas está estreitamente ligada a “obrigação” de ajuda mútua e recíproca entre vizinhos. Como exemplo, destacam-se troca de dias de serviço os mutirões, ou ainda, a troca de alimentos. É costume nas comunidades camponesas, quando da matança de algum animal, dar uma parte da carne para o(s) vizinho(s) que veio(vierem) ajudar e depois ir ajudar quando este(s) vizinho(s) também matar(em) algum animal.

Na comunidade do Rio da Prata durante o trabalho de campo, pudemos identificar os elementos de uma vida camponesa ou de um modo de vida camponês. Quando durante a pesquisa indagávamos o entrevistado se contratava mão de obra para ajudar na propriedade, a resposta em vários casos era a seguinte: “Não. Faz troca de dia, esse faz” (Entrevistado 3, 2018).

Para o camponês é essencial a troca de dia, pois como o recurso financeiro dele é pequeno, não consegue pagar em dinheiro um trabalhador nos momentos em que a atividade agropecuária demanda mais trabalho, como no momento da colheita, como do feijão, por exemplo. O feijão após maduro tem poucos dias para colher e ainda tem de aproveitar os dias de sol para colher. Sendo assim, este é um momento chave na produção camponesa, que a força de trabalho familiar precisa ser complementada, nos casos em análise esta complementação tem ocorrido por meio da troca de dias de serviço.

Outro exemplo de troca de dias de serviço está na silagem, pois é outro produto que para a colheita são poucos dias, quando uma roça está pronta para ser

colhida, se reúnem os vizinhos para fazer o serviço em conjunto, assim acabando mais rápido e passando para a propriedade do outro vizinho, adiantando o serviço e ajudando a não perder a produção.

Uma característica identificada na comunidade foi a de que durante o trabalho o camponês que recebe os vizinhos em sua propriedade, fornece a eles alimentação do dia, de forma gratuita, entrando junto na troca de dia, pois quando for “pagar” ou “devolver o dia” vai se alimentar na casa do outro camponês.

Também observamos outros elementos que caracterizam a comunidade, como uma comunidade camponesa, que é a jornada de trabalho, que com define Oliveira (2007, p. 70).

A jornada de trabalho é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista: a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano os produtos cultivados: assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando estão o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo no nascer e o pôr do sol são limites naturais da jornada de trabalho).

É normal para o camponês que ele não tenha horário de trabalho especificado, como é determinado em uma fábrica. No entanto, é sabido que em muitas das vezes ele trabalha dobrado, chegando a trabalhar 12 a 15 horas diárias, dependendo qual é a produção no momento e também dependendo do clima, pois precisa trabalhar para salvar a produção e poder descansar quando tiver a colheita pronta e protegida.

Essa forma de trabalhar é transmitida pelos camponeses aos filhos ainda pequenos. Afinal, o camponês transmite seus costumes às futuras gerações, sejam eles costumes religiosos, saberes populares, remédios de ervas, mas também transmite as crianças o valor do trabalho e ensina como exercer o seu trabalho, pois os filhos dos camponeses o acompanham desde pequenos nos afazeres do dia a dia, mesmo sendo em forma de brincadeiras. Isso faz parte da identidade camponesa como afirma Oliveira (2007, p. 70).

A socialização do camponês é importante elemento da produção camponesa, pois é através que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagem da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva: quando criança pequena, o camponês brinca com miniaturas de

instrumentos de trabalho: quando criança crescida, já trabalha com esses instrumentos.

Como se pode notar, a centralidade do trabalho na comunidade é a família, seja no trabalho da propriedade, seja na relação entre as famílias vizinhas.

É importante destacar, que quando se fala em trabalho familiar, isso inclui todos os membros da família, tanto os filhos, quanto os pais, homem e mulher.

Neste sentido, Moura (1986) nos ensina como a mulher é importante na vida camponesa. O camponês tem por cultura casar-se cedo, Moura (1986, p. 26) afirma que “[...] este deixa claro que não pode ficar sem mulher para cozinhar, cuidar da casa, ajudá-lo no trabalho da roça, e criar-lhe os filhos.” A mulher tem papel fundamental na vida do camponês, pois além de cuidar dos afazeres da casa e dos filhos, ainda contribui nos trabalhos da roça, o camponês precisa da família para manter a unidade produtiva camponesa.

Sobre isso cita SHANIN (2008, p. 45):

Nesse sentido, se pegarmos a unidade familiar como unidade fundamental de análise, a importância da mulher é absoluta. Sem ela, a unidade não pode sobreviver. Como também não pode sobreviver sem um homem por muito tempo. Porque há uma divisão de trabalho bastante rígida entre homens e mulheres no campo que necessita da combinação dos dois. A combinação não é uma escolha, é simplesmente uma necessidade. Com essa necessidade total, o status das mulheres e o status dos homens são definidos essencialmente desta maneira. Significa que, primeiramente, a mulher não existe sem o homem e nem o homem sem a mulher.

Na comunidade do Rio da Prata é possível perceber que a economia da casa tem a mão do casal como direcionadora. Tanto o dinheiro que vem para manter a família quanto o que se produz para o autoconsumo, é uma relação de ajuda mútua natural do camponês, os trabalhos são realizados na família, entre o casal e os filhos.

### **3.2. Os Limites para a produção camponesa: o caso da cooperativa Monjolo**

Os camponeses da comunidade do Rio da Prata comercializam parte importante da produção, como estratégia de venda da produção criaram em 2008 uma cooperativa para este fim.

Trata-se da cooperativa Monjolo, que foi criada pelos produtores para vender alimentos para os projetos sociais do governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Contudo, um problema identificado nos trabalhos de campo na comunidade foi justamente a questão da comercialização da produção. Como cita o entrevistado 3: “eu acho que no nosso caso é a venda dos produtos [a maior dificuldade], muitas vezes se produz e acaba estragando como você mesmo sabe, muita burocracia na venda dos produtos da agricultura familiar.”

Pensando em melhorar a comercialização dos produtos do campo, os agricultores resolveram se juntar em uma cooperativa. Ou seja, passaram a buscar coletivamente uma solução para os problemas de comercialização.

É importante destacar que uma cooperativa tem por objetivo atender aos anseios dos associados, assim como, colocar a gestão a serviço dos sujeitos envolvidos, que em última instância buscam compartilhar os resultados da ação cooperativista.

Cooperativa apresenta algumas características básicas: propriedade, gestão e repartição cooperativa. A propriedade cooperativa consiste numa associação de pessoas e não de capital: a gestão cooperativa significa que as decisões devem ser tomadas em assembleias dos associados e a repartição cooperativa indica que os excedentes devem ser distribuídos entre os sócios (RIOS, 1987, p.13 *apud*. FABRINI, 2003, p. 92).

A cooperativa Monjolo foi fundada em 2008, inicialmente com 60 sócios, no ano de 2010 já contava com 92 sócios.

Em 2010 a cooperativa movimentou 3 milhões de reais na aquisição de alimentos dos agricultores familiares, que representa uma movimentação significativa considerando se tratar de um município de pequeno porte, com cerca de 11 mil habitantes. Esse valor foi distribuído para os produtores durante o ano como pagamento pela produção que os camponeses tinham, claro de acordo com o volume entregue, os preços dos hortifrutigranjeiros eram de acordo com os preços da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A Monjolo tinha como objetivo arrecadar os alimentos produzidos pelos camponeses do município de Nova Laranjeiras, esta cooperativa comprava produtos hortifrutigranjeiros dos camponeses por meio das políticas públicas (PAA e PNAE) e

distribuía esses alimentos nos colégios do município e de municípios vizinhos, também destinava uma parte dos produtos para a aldeia indígena Rio da Cobras.

A cooperativa Monjolo era uma mediadora que ajudava na comercialização dos alimentos produzidos pelos camponeses, tendo personalidade jurídica, ou como dizem na região “um CNPJ”, ela fazia os pagamentos mensais dos produtos entregues pelos agricultores. Pagamentos esses que tinham uma grande importância na economia das famílias como se constatou na pesquisa de campo. Quando questionado aos entrevistados se a venda dos produtos pela cooperativa fazia diferença na economia familiar é consenso que sim, como cita o entrevistado 05: “agora não estamos mais entregando esses produtos na cooperativa Monjolo, e faz falta a renda que vinha dessas vendas, faz muita falta, isso ajudava bem na economia”.

No que pese a importância dada pelos camponeses à cooperativa, ele fechou suas portas em 2016. O que aconteceu com a Monjolo é compatível com aquilo que se chama de falência de uma empresa privada, contudo, como destaca Rech (2000), uma cooperativa não vai a falência, pois trata-se de uma organização cooperativa, neste caso, ela fecha as portas e os sócios arcam com os prejuízos, caso tenham.

Os agricultores da comunidade sentem falta desta cooperativa, destacam como principal fator para o fechamento dela a falta de apoio por parte do poder público municipal. No início da cooperativa existia uma ajuda por parte da prefeitura, basicamente fornecendo combustível da camionete que fazia a coleta dos produtos, a manutenção da mesma, a prefeitura também cedia alguns funcionários. Em 2012, quando houve a troca de prefeito no município os auxílio à cooperativa foram cortados. Os agricultores ainda tentaram manter a cooperativa funcionando via financiamentos de bancos, no entanto não foi possível suportar a falta de apoio do poder político e ela fechou. A fala do entrevistado 01 confirma o ocorrido: “a cooperativa não teve apoio do poder público do município. No início tinha, depois mudou o gestor aí mudou tudo”.

Sem apoio do poder público, e com as burocracias exigidas pelos órgãos que administram as políticas públicas, a cooperativa foi diminuindo o ritmo de compra e venda dos produtos, assim diminuindo a renda dos agricultores que passaram a perder produções e amargar prejuízos, inclusive com a dívida acumulada pela cooperativa, principalmente com algumas instituições de crédito.

Com o fechamento da cooperativa os camponeses que produziam frutas e verduras para comercializar por meio dos programas governamentais tem deixado a atividade, pois os custos com transporte e as dificuldades de inserção individualizada a estes programas torna a atividade pouco atrativa. O resultado tem sido a comercialização do leite com empresas privadas e o gado de corte com os atravessadores, relação que significa extração da renda dos camponeses por esses agentes, que rebaixam os preços dos produtos do campo.

### **3.3. Permanecer ou sair do campo: campesinato e luta na terra**

A marcha do campesinato brasileiro é longa, lutam contra a expropriação, lutam pela conquista da terra, lutam para não desaparecer no seio do modo capitalista de produção que tende a sufocá-los.

É na pauta destas lutas que os camponeses resistem no capitalismo, negam a expropriação e a proletarianização, pois como destaca Oliveira (1991) o capital busca a terra como condição de exploração do trabalho.

O capital, interessado em sujeitar a renda da terra primeiro estabelece a condição fundamental para fazê-lo: apropria privadamente a terra. Nesse processo os posseiros têm travado lutas sangrentas contra o capital e seus asseclas. O objetivo dessa luta é livrar-se do destino de alguns de seus companheiros: se tornar assalariado, ser “boia-fria” (OLIVEIRA, 1991, p. 13).

O camponês sofre com a rapina do capital, pois o campesinato visa uma produção diversificada, articulando a produção voltada para o autoconsumo e a produção de mercado.

A lógica da produção e vida camponesa é a manutenção da propriedade e da família. Nesta lógica a família está no centro de suas relações sociais e produtivas.

Já o capitalista tem a terra como negócio, como instrumento para explorar o trabalho dos trabalhadores.

Capitalistas são, portanto, todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um salário (OLIVEIRA, 1991, p. 13).

Durante a pesquisa na comunidade do Rio da Prata, foi possível perceber que os camponeses têm uma identificação forte com a comunidade, pois todos produzem e vivem nesta fração do território, tem um modo de vida que passa pela relação comunitária.

No entanto, foi possível identificar a preocupação dos camponeses com o futuro da comunidade, uma vez que muitos dos filhos camponeses não têm perspectivas de permanecer no campo. A principal condicionante para isso, de fato, é o limitado acesso a terra, afinal em todas as unidades visitadas essa foi uma preocupação.

No capitalismo a terra se tornou uma mercadoria, os camponeses encontram dificuldades de a acessar, pois dispõe de poucos recursos monetários para investir na compra. Esta dificuldade com o tamanho da área disponível é superada num primeiro momento pela associação de atividades para consumo interno e para comercialização, possível de agregar valor devido ao emprego do trabalho familiar.

Contudo, num segundo momento, este trabalho familiar, executado pelo homem, pela mulher e pelos filhos, deixa de ser um fator potencializador, pois os filhos crescem e não conseguem se manter trabalhando na unidade territorial camponesa, que pelo tamanho limitado não garante a reprodução de todos. Em outras palavras, num primeiro momento é o trabalho dos filhos que garante a sobrevivência da unidade familiar, mas em outro, pode leva-la ao desaparecimento, pois o fracionamento da terra, normalmente pela herança, cria pequenos sítios que não se sustentam.

Sobre isso o entrevistado 06 ressalta:

Então, é uma dúvida, hoje a propriedade não está viabilizando, como eu tenho três filhos adultos, talvez tenha capacidade pra um né, quero que eles permaneçam, mas nesse momento não há viabilidade pelo tamanho da propriedade.

Soma-se ao tamanho reduzido da área sob controle dos camponeses, as dificuldades encontradas atualmente na comunidade para comercialização da produção. Este também foi um fator indicado pelos entrevistados como limitador para a permanência no campo, como destaca o entrevistado 03 ao ser perguntado se gostaria que os filhos permanecessem no campo: “da maneira que está não. Por

muitas dificuldades que se encontra nas áreas pequenas, dificuldade de comercialização”.

A comunidade do Rio da Prata tem grande dificuldade no que se refere à comercialização da produção. Como foi descrito ao decorrer do texto a principal produção da comunidade é o leite, quase todas as propriedades tem uma pequena produção de leite, é o que mantém a economia da comunidade. No entanto esse leite é comprado por empresas privadas, as quais pagam um preço bem inferior, alegam que devido a distância precisam pagar fretes maiores, por esse motivo o preço é mais baixo.

Há várias empresas comprando leite na região, são elas CONALEITE, PIQ NIC, FIRMESA, SÃO LEOPOLDO, GAIVOTA, entre outras, o leite é retirado *in natura* das propriedades e levado até os laticínios onde passa pelos processos industriais agregando mais valor ao produto.

Outro caso, referente à comercialização, é a venda de bovinos, onde quem compra são os atravessadores, que também oferecem preços bem inferiores ao de mercado, desvalorizando o rebanho do camponês. Os camponeses comercializam poucas cabeças de gado durante o ano, por isso não conseguem entregar diretamente aos frigoríficos, nesse caso os atravessadores compram o gado de vários camponeses, assim conseguindo colocar no frigorífico.

Aparentemente os atravessadores parecem ajudar os camponeses, mas o preço que pagam pelo gado é bem inferior ao que recebem dos frigoríficos. Os camponeses tem conhecimento desta relação, como fala o entrevistado 01: “você vende para o atravessador já vende por um preço menor, pois ele tem que ganhar o dele”, mas não conseguem superar.

Já outros camponeses atribuem a dificuldade cotidiana para se manter na terra à falta de apoio estatal. O entrevistado 05 afirma que uma das dificuldades para permanência dos filhos no campo é a falta de políticas públicas: “a gente queria, mas não tem condições, falta de incentivo na agricultura, de ajuda do governo, o governo não incentiva com políticas públicas”.

Os camponeses da comunidade consideram que a falta de incentivo do governo é recorrente na região. Afirmam que quando se tem alguns tipos de políticas públicas, o acesso é difícil. Por exemplo, cabe destacar o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que

segundo o entrevistado 03 não desperta interesse por parte dos agentes financeiros, por isso os camponeses são preteridos nas negociações com os bancos locais.

Hoje o pequeno agricultor [...] o banco não faz questão de trabalhar com você, nós somos um estorvo para o banco, nós pequenos no banco do Brasil somos um estorvo, se acha que os caras atendem nós com bom gosto? Quando chega alguém que fala em 150, 200 mil a conversa é diferente (Entrevistado 03, 2018).

Evidentemente que os camponeses têm clareza que a luta na terra, ou seja, para se manter na terra, não é uma luta simples. Por isso, muitos acabam depositando sua esperança nas políticas públicas. O entrevistado 06, também afirma isso:

As nossas dificuldades muitas delas estão voltadas às políticas agrícolas, até que nós temos hoje uma dificuldade de vender o produto do campo, costumo dizer que a gente vende um produto muito barato e compramos muito caro, por exemplo, adubação da terra, calcário ou adubo de aviário, Isso se torna muito caro por estarmos longe da cidade, estamos longe das regiões que produzem e distribuem, ai acaba ficando caro, pois entra frete, por exemplo, hoje uma tonelada de esterco de aviário chega a mais de 200 reais a tonelada, então isso se torna inviável se você não tiver algum acesso a financiamento, alguma coisa alavancada pelos poderes públicos, e se você pega um financiamento se torna caro pra pagar, ainda mais com a propriedade de 1,5 hectares.

Mesmo com estas dificuldades, foi possível identificar nos trabalhos de campo, que os camponeses seguem firmes na luta para permanecer na terra, ao mesmo tempo em que eles olham com poucas perspectivas a permanência dos filhos no campo, acabam afirmando também que não querem sair do campo. Isso representa um dos conflitos atuais do campesinato: sair ou permanecer no campo.

Os camponeses entrevistados têm motivos específicos para permanecer no campo, alguns destacam a questão de ter uma relação de respeito com a terra e a natureza, outros destacam a relação de vizinhança, expressa no “conhecimento da comunidade”, que todos afirmaram ter. No geral, trata-se do reconhecimento do seu modo de vida (SANTOS; TELÓ, 2011).

Os camponeses trabalham na terra, cultivam e cuidam dos animais, produzem alimentos, nasceram camponeses e não conseguem conceber outra possibilidade de vida fora destas relações, que ora são referentes à dinâmica interna da unidade camponesa, ora são referente à vida na comunidade, ou seja, às relações de vizinhança. Para Santos e Teló (2011, p. 164) este é um elemento

caracterizador da identidade camponesa, ou seja, trata-se da “importância atribuída aos vínculos de reciprocidade entre os vizinhos e a noção de comunidade fortemente arraigada na subjetividade de cada indivíduo”.

É por este conjunto de motivos que os camponeses entrevistados afirmaram que não pretendem sair da comunidade. Sobre isso salienta o entrevistado 01:

A, eu não pretendo sair, a não ser que a situação obrigue, a minha ideia é permanecer até o fim, eu nasci e me criei na lavoura. Saí estudar dois anos fora e voltei e não me arrependo, o estudo faz falta, mas no meu caso não me arrependo de ter voltado pra roça. Aquela época se eu quisesse ter estudado eu tinha que ficar na cidade porque não tinha, hoje tem transporte pra todo lado, aquela época não tinha, quem queria estudar fora tinha de sair e mora fora na cidade, se não, não conseguia estudar, eu no caso, saí e estudei dois anos e voltei e não saí mais.

Os moradores da comunidade, principalmente os mais velhos, não tem a intenção de sair, de deixar o campo ou até mesmo a comunidade, pois acreditam que suas raízes estão na comunidade, grande parte deles tiveram a vida inteira no campo, criaram suas famílias e muitos desses já receberam a terra de herança de seus pais.

Neste sentido, destacamos que o sentimento de pertencimento foi outro elemento identificado entre os camponeses, este por sua vez os fazem permanecer na comunidade. O entrevistado 01, quando questionado sobre quais as principais vantagens de se viver na comunidade, respondeu: “é o conhecimento com o povo que você se criou aqui, ai conhece todo o povo, como a gente não tem inimizade com ninguém, é amigo de todo mundo, então esse é um dos grandes motivos que me fazem ficar no campo”.

Este que parece um motivo banal para a permanência no campo, é na verdade um fator de grande importância para os camponeses. Afinal, o motivo de todos da comunidade se conhecerem ajuda nas relações sociais, pois ajuda a construir um sentimento de segurança, facilitando a convivência entre vizinhos. Principalmente no trabalho do dia a dia, pois na comunidade quando um camponês precisa de ajuda, em um determinado trabalho do campo, ele recorre a seu vizinho, e sempre recebe ajuda, pois é uma forma de reforçar os laços de amizade existentes entre eles.

Os camponeses também querem ficar na comunidade porque acreditam ter uma melhor qualidade de vida, isso comparando com a vida urbana. Para confirmar

isso, muitos citam como exemplo a alimentação, pois como já falamos, os camponeses produzem parte do seu próprio alimento. A fala transcrita do entrevistado 03 é elucidativa neste sentido: “eu digo assim, um lugar livre, sem violência, e a qualidade de vida, porque nossa qualidade de vida é boa, porque nós produzimos e consumimos alimento bom, alimento saudável, sabemos de onde vem.”

Também os camponeses relacionam a vida na comunidade com a calma do campo, sem barulhos, e com um custo de vida mais baixo em relação à cidade. Pode-se perceber que para os camponeses as propriedades, ou melhor, a terra é lugar de vida, apesar das dificuldades, querem permanecer no campo, em especial os agricultores mais velhos.

Não me vejo morando em outro lugar a não ser aqui, aprendia a viver aqui, a trabalhar aqui, criei minha família aqui e não sei fazer outra coisa a não ser trabalhar com a terra. 60 anos nessa terra, essa que me deu o pouco que tenho, se eu for morar na cidade com minha família que tem oito integrantes, não poderia me manter. Na cidade com dois salários que recebemos da aposentadoria, sem contar que não simpatizo com a cidade, sinto que a vida lá para a gente que tem pouco estudo não seria boa, e digo mais, se eu sair do campo e morar na cidade para mim ajudaria a morrer mais rápido (Entrevistado 05, 2018).

Como se pode notar, os problemas enfrentados pelos camponeses para se manter no campo não são suficientes para desestimular sua luta. No que se refere a estas dificuldades, em síntese, na comunidade do Rio da Prata, foi possível identificar dois problemas centrais, que impõem dúvidas sobre a permanência no campo dos jovens, mas não são capazes de fazer os camponeses mais velhos saírem do campo.

O primeiro problema se refere ao tamanho das áreas, ou seja, muito pequenas. Já o segundo se refere ao tamanho das famílias, composta por muitos membros, ou seja, grandes famílias. Este conjunto de problemas, associado ainda, as dificuldades de comercialização da produção e precário acesso a políticas públicas, embora não impeça que o campesinato se reproduza na comunidade, faz pairar entre os camponeses as incertezas de futuro, mas não faz com que os camponeses desistam do campo, afinal seu modo de vida está assentado nas relações estabelecidas na comunidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho foi discutido o precário acesso a terra pelos camponeses e a forma em que foi distribuída a terra no Brasil. Podemos perceber que os camponeses tiveram acesso a pouca terra.

No caso da Comunidade Rio da Prata, esse acesso restrito a terra é um dos principais motivos que inibem a permanência dos camponeses na comunidade, pois em grande parte as famílias são compostas por vários membros, sendo assim o pouco espaço de terra faz com que os mais jovens deixem o campo.

Foram identificadas, também, as dificuldades de comercialização dos produtos, devido a distância entre a comunidade e os centros urbanos, além da atuação dos atravessadores, os quais pagam um preço bem inferior ao de mercado aos produtos camponeses.

A pesquisa não deixou de demonstrar as potencialidades da comunidade, como: a produção de autoconsumo, onde o camponês produz parte do seu sustento dentro da sua unidade de produção; a diversidade de produtos obtidos em áreas pequenas, ou seja, a diversificação; e, foi identificado ainda, que os camponeses apesar de toda a dificuldade vivida, tem desejo de permanecer na comunidade pela relação que tem com a comunidade e com a terra.

Durante a realização do trabalho ficou evidente a luta que o camponês faz todos os dias para permanecer no campo, para conseguir manter sua identidade. Os camponeses que vivem na comunidade do Rio da Prata tem no modo de vida camponês um elemento de afeto que os faz não abrir mão da comunidade, e ainda, zelam pela terra, pela produção que sustenta a família e a propriedade.

Identificamos que apesar das lutas diárias não desanimam, permanecem fortes na luta para manter-se no campo sendo camponês, e tem o desejo que seus filhos venham substituí-los no campo, mesmo sabendo que a maioria dos seus filhos não terá condição de ficar devido as áreas serem pequenas e as famílias, em sua maioria, mas o sonho do camponês é ver que a terra continue sendo cultivada pelos seus filhos.

O trabalho do camponês muitas vezes é árduo, mas também é compensatório, quando você pergunta ao camponês se gosta de viver na comunidade, a resposta é “sim”, pois ali ele encontra tudo o que precisa para viver, mesmo com as dificuldades. Essa resposta vem acompanhada de um sorriso.

E se perguntar se quer sair, dizem que “não”, que querem ficar ali até morrer, pois o que sabe fazer e cultivar a terra e produzir alimentos, cuidar do bem-estar da família, junto com a família, com os vizinhos, passando a tradição de pai para filho.

Mesmo muitas vezes o camponês se vendo abandonado pelo poder público ele continua a luta, na esperança de dias melhores, sempre procurando um motivo para continuar lutando, podemos dizer que o camponês é guerreiro que luta todo dia.

Percebemos também que a comunidade, desde sua fundação em 1941 sempre esteve voltada para agricultura, e principalmente a agricultura para o auto consumo, é uma comunidade onde tem uma grande diversidade de produção e de costumes, que apesar de enfrentar muitas dificuldades sempre acha uma saída para melhorar a vida na comunidade.

A pesquisa demonstrou que os camponeses desta comunidade estão com suas raízes cravadas no seio desta terra, principalmente os de idade mais avançada, enquanto puderem trabalhar e produzir, assim o farão, até as forças se esgotarem, querem continuar vivendo essa vida. Este é o sentido da vida camponesa na Comunidade Rio da Prata.

Por fim, não é aceitável deixar de mencionar que esta pesquisa somente foi possível pela contribuição dos camponeses envolvidos. O que, evidentemente, não significa que não tenham havidos limites, entre eles o tempo disponível para a pesquisa, visto que o pesquisador mora e trabalha na comunidade, além do acesso aos camponeses, prejudicado pela chuva que impossibilita o trânsito pelas estradas rurais.

A partir deste trabalho outras perguntas emergem, como: qual o papel da Cooperativa MONJOLO para o fortalecimento do campesinato da região? Quais as principais dificuldades dos camponeses em acessar as políticas públicas para o campo? Quais estratégias os camponeses podem adotar para superar os limites do acesso a terra na comunidade?

Essas são questões que nos motivam a novas pesquisas, esperamos que, assim como nós, outros se sintam motivados por elas, para que se produzam análises capazes de contribuir com os camponeses em luta na terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. T. G. de. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. 1981. 378 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR.

CÉSAR, B. **Compreendendo a história**. Maringá: Lupi, 2001.

CARVALHO, P. E. R. **Cultivo da Araucária: aspectos econômicos e ambientais**. In: EMBRAPA: sistemas de produção. 2. edn. 7, nov. 2010. Disponível em:  
<[http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Araucaria/CultivodaAraucaria\\_2ed/Aspectos\\_Economicos\\_Ambientais.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Araucaria/CultivodaAraucaria_2ed/Aspectos_Economicos_Ambientais.htm)>. Acesso em: 03 de julho de 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td\\_0621.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf)> acessado em: 12 nov. 2017.

CARVALHO, M. S. **A pequena produção de café no Paraná**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

FRARINI, João, E. **A Resistencia Camponesa nos Assentamentos de Sem Terras**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Mesorregião Geográfica Centro-Sul**. Curitiba: IPARDES, 2004.

LUCIANO, B. O. DIÓGENES, R. CARLOS. A. F. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada**. vol. 15 n.1, junho de 2014.

LONGO, Adilor Eduardo. **Motivações para a evasão de jovens rurais: um estudo de caso a partir da comunidade de Nossa Senhora Aparecida**, Marau/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54584>>. Acessado em 11 nov. 2017.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9 eds. São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. Editora ática, 1986.

PAULINO, Elaine Tomiasi; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **Terra e Território, a questão camponesa no capitalismo**, São Paulo, 1996.

PAULINO, E. T. e KRUGER, C. R. **Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense.** Universidade Estadual de Londrina, Londrina PR. 2010.

PONTAROLO, L. P. Francisco das Chagas Lima: **a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828).** 2012. 112f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

RECH, D. **Cooperativas:** uma alternativa de organização popular. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROSS, Djoní. **Contradição na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidade do agronegócio, subordinação e resistência.** Universidade Estadual Paulista – Unesp. Tese Doutorado em Geografia. 2015.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

STEDILE, J. P. **A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura.** 2010. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/fr/fiches/dph/fiche-dph-8244.html>>. Acesso em: janeiro de 2018.

ZENERRATTI, Fabio Luiz. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa.** Universidade Estadual de Londrina. Dissertação. Mestrado em Geografia. 2012.

## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO

#### A) IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

1 – Número de pessoas que fazem parte da família (residem na propriedade)?

| Primeiro Nome | Parentesco | Idade | Trabalha na Propriedade | Trabalha fora (Explicar) Campo ou Cidade; Fixo ou Temp. | Escolaridade |
|---------------|------------|-------|-------------------------|---|--------------|
|               |            |       |                         |   |              |
|               |            |       |                         |   |              |
|               |            |       |                         |   |              |
|               |            |       |                         |   |              |
|               |            |       |                         |   |              |
|               |            |       |                         |   |              |

2 – O senhor contrata mão de obra para ajudar no sítio (temporária ou fixa)?  
 Quantas pessoas?  
 O ano todo?

3 – Há quanto tempo o senhor reside neste local? \_\_\_\_\_  
 Qual a cidade de origem? \_\_\_\_\_  
 Há quanto tempo trabalho na agricultura? \_\_\_\_\_

4 – É proprietário da terra?    ( ) SIM ; ( ) Não: explique: \_\_\_\_\_

5 – Como conseguiu a terra? ( ) Compra; ( ) Herança; ( ) Outra \_\_\_\_\_

6 – Qual o tamanho da área? \_\_\_\_\_ Renda Média da Família: \_\_\_\_\_

**B) DINÂMICA DA UNIDADE**

7 – O que o senhor produz? Especificar tudo que se produz e seu destino (comercialização ou autoconsumo):

| <b>Cultivo</b> | <b>Destino</b><br>(Cooperativa, empresa, mercado ou consumo) | <b>Volume da produção</b><br>Especificar: mensal ou anual? |
|----------------|--|--|
|                |  |  |
|                |  |  |
|                |  |  |
|                |  |  |
|                |  |  |
|                |  |  |

8 – Quais máquinas o senhor tem na propriedade?

9 – Quais Políticas Públicas o senhor tem acesso? ( ) PAA ; ( ) PNAE ( ) Pronaf  
( ) Outro (qual): \_\_\_\_\_  
( ) Não tem acesso à políticas públicas.

10 – O senhor quer que seus filhos permaneçam no campo?

( ) Sim: Por quê?

( ) Não: Por quê?

11 – O senhor(a) pretende permanecer no campo (na comunidade)?

( ) Sim: Por quê?

( ) Não: Por quê?

12 – Quais as maiores dificuldades encontradas atualmente para sobreviver no campo?

13 – Quais as maiores vantagens em viver na Comunidade Rio da Prata?